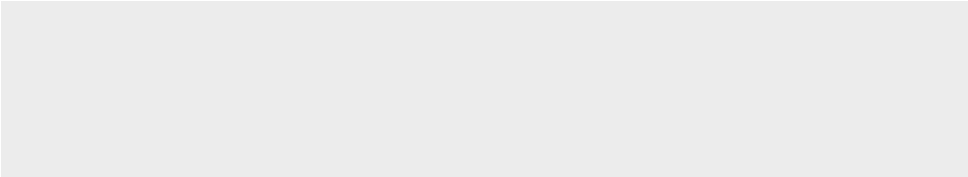


Últimas Notícias > Política > Transparência > MPC-MS indica medidas para certificar transparência na aplicação das emendas parlamentares



| **Transparência**

MPC-MS indica medidas para certificar transparência na aplicação das emendas parlamentares

Propósito é fortalecer o papel fiscalizador do TCE-MS e garantir que a sociedade tenha acesso transparente às informações sobre o destino dos recursos públicos



Celso Bejarano - 30/10/2025 - 15:09

 Ouvir Notícia 





Sede do TCE-MS, no Parque dos Poderes. (Divulgação)

O procurador-geral de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior, junto do procurador de Contas Joder Bessa, participou de uma audiência, nesta quinta-feira (30), com o presidente do TCE-MS (Tribunal de Contas de [Mato Grosso do Sul](#)), o conselheiro Flávio Kayatt, para debaterem sobre as determinações do STF (Supremo Tribunal Federal) no âmbito da ADPF nº 854/DF, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.



A ADPF é um tipo de ação judicial usada para questionar a constitucionalidade de um ato do poder público que viole um preceito fundamental da Constituição, como leis, decisões ou omissões. Ela visa garantir a supremacia da Constituição e só pode ser usada se não houver outro meio jurídico eficaz para resolver a violação. O STF (Supremo Tribunal Federal) é o órgão responsável por julgar a ADPF, conforme regulamentado pela Lei nº 9.882/99.



rastreadabilidade e controle na execução das emendas parlamentares em todos os entes federativos, a partir do próximo ano.

Na audiência, o Ministério Público de Contas de MS mostrou sugestões para auxiliar o TCE-MS na adequação à decisão do STF, entre as quais, a edição de uma resolução que discipline a forma de execução das emendas parlamentares estaduais e municipais, assegurando critérios de publicidade e rastreabilidade conforme o modelo federal.

De acordo com o procurador-geral de Contas Martins Júnior, a proposta busca fortalecer o papel fiscalizador do Tribunal de Contas e garantir que a sociedade tenha acesso

procurador-geral.

Destaca-se nas sugestões apresentadas pelo MPC-MS a criação, nos portais de transparência do Estado e dos municípios de MS, de uma área específica para divulgação das emendas parlamentares recebidas, contendo informações sobre valores, planos de trabalho e cronogramas de execução.

Também foi sugerida a possibilidade de o TCE-MS reunir esses dados em um painel unificado de consulta pública, a exemplo do que já ocorre em outros Tribunais de Contas do país.

Significado de emendas

Emendas parlamentares são propostas de alteração feitas por deputados e senadores no orçamento público para destinar recursos a projetos específicos, como obras, programas sociais e serviços de saúde ou educação. Elas são um instrumento para que os parlamentares influenciem diretamente a alocação de verbas, atendendo às demandas suas bases eleitorais e do país.



Como funcionam

Apresentação: parlamentares (federal, estaduais ou municipais) apresentam suas propostas para alterar o LOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual).

Análise: as emendas são avaliadas e votadas no Congresso Nacional. Algumas são “impositivas”, o que significa que o governo é obrigado a executá-las.

Execução: após a aprovação, o governo federal (ou estadual/municipal, dependendo da esfera) é responsável por liberar os recursos para a execução dos projetos indicados.

Tipos de emendas

Individuais: propostas por um único parlamentar para financiar projetos específicos, como a compra de ambulâncias ou a melhoria de escolas.

De bancada: propostas por bancadas estaduais no Congresso Nacional para atender a interesses do Estado.

Pontos importantes

Emendas impositivas: são obrigatoriamente incluídas no orçamento e incluem as emendas individuais e de bancada.

Finalidade: as emendas podem ser de “finalidade definida”, quando os recursos são vinculados a uma ação específica, ou “transferência especial”, que dá mais autonomia aos gestores locais na utilização dos recursos.

Fiscalização: órgãos de controle, como os Tribunais de Contas, são responsáveis por fiscalizar a aplicação correta dos recursos.

Sabe de algo que o público precisa saber? Fala pro Midiamax!



Se você está por dentro de alguma informação que acha importante o público saber, fale com jornalistas do **Jornal Midiamax!**

E pode ficar tranquilo, porque nós garantimos total sigilo da fonte, conforme a [Constituição Brasileira](#).

Fala Povo: O leitor pode falar direto no [WhatsApp](#) do **Jornal Midiamax** pelo número **(67) 99207-4330**. O canal de comunicação serve para os leitores falarem com os jornalistas. Se preferir, você também pode [falar com o Jornal direto no Messenger do Facebook](#).

(Revisão: Dáfini Lisboa)

Compartilhe

